

O alívio custou mas chegou

Dimas Thomás da Fonseca

Desde o final de novembro os consumidores contam com um alívio nas operações de crédito. Permanentemente estudados das entidades empresariais enviadas ao governo demonstravam quadros preocupantes para a economia brasileira, caso fossem mantidas as restrições ao crédito. Felizmente, o povo brasileiro foi ouvido.

As quatro medidas de liberação do crédito editadas pelo governo, permitindo o aumento do prazo do crediário de três para seis meses, o retorno do parcelamento das compras com cartões de crédito, o término do recolhimento sobre crédito imposto aos bancos e a liberação do consórcio de eletrodomésticos e eletrônicos a partir de 24 meses, pode não trazer uma reativação rápida da economia mas, com certeza, fará com que comerciantes e clientes tenham um feliz Natal.

Sabe-se que essa iniciativa do governo faz parte de um conjunto de medidas que a longo prazo irão liberar o crédito, iniciadas em maio desse ano, após um dos períodos mais arrochados da história econômica brasileira. Mas o Real fez com que a inflação caísse de 50% para 2% ao mês no seu primeiro ano, o ritmo de crescimento da economia passasse de 4% para 9% e a produção industrial crescesse.

Agora, por exemplo, há sinais evidentes de que a economia está esquentando. No médio prazo, não podemos esquecer que algumas reformas institucionais como a tributária e a previdenciária continuam sendo prioritárias tanto quanto foi a implantação e implementação do Real.

O passado recente do Brasil está marcado por recessões que, além de provocar grandes sacrifícios,



provaram ser completamente inúteis para o desenvolvimento da economia. Depois do sufoco, espera-se que de agora em diante seja diferente. Com a reabertura do crédito e a maturidade dos consumidores pode-se irrigar a economia e o comerciante deve entrar numa etapa mais produtiva.

Com as mudanças no crediário, cai a taxa juro das compras em até seis prestações. E isso faz com o consumidor de baixa renda tenha mais uma opção e até mais condições para comprar. Não só pelo crediário, mas também através de consórcios de produtos eletroeletrônicos que agora terão prazo mínimo de dois anos para pagar.

Outra vantagem para o consumidor e, consequentemente para o comerciante é o parcelamento do cartão de crédito. O fato do consumidor poder pagar 50% das compras dividindo o restante em até três vezes torna muito mais atraente usar o cartão de crédito.

A queda nas taxas de juros deverá ser outra consequência do pacote de Natal que o governo abriu antes do dia 25 de dezembro para o alívio geral, a redução a zero do recolhimento compulsório para os empréstimos bancários.

A grande preocupação no momento, com a volta à normalidade no crédito, é o cuidado que se terá de ter em relação a política monetária. Afinal, mais dinheiro circulando pode resultar em estímulo para a alta dos preços. É preciso muita cautela por parte dos comerciantes quanto

ao giro da economia. É importante ser parceiro das medidas adotadas pelo governo para facilitar as compras e garantir um final de ano proveitoso.

■ Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Distrito Federal

Há indícios de que a economia está dando sinais de reativação